



Relatório e Contas
Consolidadas **2021**

A large, stylized, light blue 'C' logo is centered on the page. The 'C' is composed of three concentric, slightly offset curves, creating a sense of depth and movement. The background is a textured, light beige color.

Relatório e Contas Consolidadas **2021**

Índice

01.
A Conduril

04

02.
**Relatório
Consolidado
de Gestão**

10



03.
**Demonstrações
Financeiras
Consolidadas
e Anexos**

20

04.
**Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal**

74

05.
**Certificação
Legal das
Contas
Consolidadas**

78





01

A Conduril

01

A Conduril - Engenharia, S.A. (adiante designada por Conduril), denominação adotada em 2011, foi fundada em 1959 como uma sociedade por quotas. Em 1970, ocorre a mudança da estrutura acionista da empresa que ditará o seu destino até aos dias de hoje - é adquirida pelos atuais acionistas de referência, que deliberam a sua transformação em sociedade anónima em 1976. Em 1990, as suas ações são admitidas à negociação na Bolsa de Valores do Porto e de Lisboa. Atualmente é uma sociedade aberta cotada em mercado não regulamentado - Euronext Access.

A Conduril desenvolve toda a sua atividade no domínio da Engenharia Civil e almeja ser reconhecida pelo mercado como uma das melhores empresas portuguesas do seu setor, em termos técnicos e económico-financeiros, capaz de com a sua flexibilidade e competência responder aos desafios que enfrenta em qualquer geografia.

A empresa tem sede em Ermesinde, Portugal, e internacionalizou a sua atividade nos mercados de Angola (ininterruptamente desde 1990), Moçambique (desde 1997), Marrocos (2004), Botswana (2008), Espanha (2010), Cabo Verde (2011), Senegal (2013), Zâmbia (desde 2013), Malawi (desde 2014), Gabão (desde 2015) e Zimbabué (desde 2019).

A criação duradoura de riqueza para os seus acionistas e a responsabilidade social para com os seus colaboradores continua a ser o seu principal foco. Para sustentar este último vetor, em 1989 foi criado o Fundo de Pensões da Conduril totalmente financiado pela empresa e a aposta na formação e enriquecimento de competências tem sido um estandarte. A este nível destaca-se a criação da Conduril Academy, em 2009 em Angola e a partir de 2016 em Moçambique, o centro de formação profissional do ramo da construção civil e obras públicas e a concessão de bolsas de estudo universitário nestes países.



O compromisso da Conduril passa também pelo cumprimento das maiores e mais rigorosas exigências do processo produtivo, dos cadernos de encargos e sustentabilidade ambiental o qual se encontra certificado pela APCER ao nível da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no trabalho em Portugal, Angola e Moçambique.

A somar a estas certificações, a Conduril possui um laboratório central acreditado pelo IPAC para a realização de diversos ensaios no âmbito dos solos, agregados e betões em Portugal e espera a concessão no curto prazo da certificação ao seu laboratório de Moçambique. Em Portugal, possui ainda o certificado da marcação CE para as misturas betuminosas na sua central Intrame M-150 e para o fabrico de estruturas metálicas (através da empresa Edirio).

A resiliência demonstrada ao longo do tempo só tem sido possível pela força e enraizamento dos princípios e da cultura da Conduril dentro da organização. Neste empenho em garantir a sua perenidade, a empresa tem como principal timoneiro o Conselho de Administração, o qual é presidido pelo *Chairman* e integra outros sete membros, todos com carreiras profissionais desenvolvidas na empresa e que constituem a Comissão Executiva.



ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Crisóstomo Aquino de Barros (Presidente)
Amadeu Augusto Vinhas
Filipa Bastos Pinho Ferreira Lemos

Conselho de Administração

António Luís Amorim Martins (Presidente)
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins
Maria Luísa Andrade Amorim Martins
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

Comissão Executiva

Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (CEO)
Maria Luísa Andrade Amorim Martins (vice-CEO e CFO)
António Baraças Andrade Miragaia
António Emanuel Lemos Catarino
Jorge Lúcio Teixeira de Castro
Miguel José Alves Montenegro de Andrade
Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães

Conselho Fiscal

Júlio Gales Ferreira Pinto (Presidente)
Deolinda Paula Baptista Nunes
Jorge Manuel Silva Tavares
Alberto Luciano Costa Santos Rolo (Suplente)

Revisor Oficial de Contas

Horwath & Associados, SROC, Lda.
Representada por
Ana Raquel B. L. Esperança Sismeiro
João Miguel Neiva de Oliveira Coelho Pires (Suplente)





02

**Relatório Consolidado
de Gestão**



02

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CONDURIL
- ENGENHARIA, S.A., NO CUMPRIMENTO DOS
ESTATUTOS E DISPOSIÇÕES LEGAIS APLICÁVEIS,
APRESENTA E SUBMETE À APRECIÇÃO
DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS O
RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO, AS
CONTAS CONSOLIDADAS DO PERÍODO E DEMAIS
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS
CONSOLIDADAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2021.**

1.

O ano de 2021 era esperado pelos agentes económicos como o ano da “bonança” após a “tempestade” que o vírus SARS-CoV-2 disseminou sobre a economia mundial. Contudo, a recuperação mostrou-se muito mais lenta do que o inicialmente esperado.

As medidas implementadas pelas autoridades governamentais no combate à pandemia mantiveram ao longo do ano um caráter restritivo e, apesar de a generalidade das economias regressar ao caminho do crescimento, não foi ainda possível fazê-lo ao ritmo que se verificava nos anos anteriores.

TABELA 1. Evolução da taxa de crescimento do produto real

	2022 (PREVISÃO)	2021 (ESTIMATIVA)	2020
Mundo	4,0%	5,5%	-3,4%
Portugal	4,8%	4,2%	-7,5%
Angola	2,4%	0,0%	-4,0%
Moçambique	3,8%	2,1%	-1,3%
Zâmbia	0,9%	1,5%	-3,0%
Malawi	4,0%	2,5%	0,8%
Gabão	3,7%	1,5%	-1,7%
Zimbabué	4,1%	6,3%	-8,0%

Fonte: World Economic Situation and Prospects 2022 – Nações Unidas

Após a contração verificada em 2020, os agentes económicos não estavam preparados para a retoma das transações internacionais o que, juntamente com a manutenção de diversos apoios públicos de incentivo à economia local, levou a que em 2021 as palavras “inflação” e “escassez” tivessem presença assídua no mercado das principais *commodities*.

TABELA 2. Evolução da taxa inflação

	2022 (PREVISÃO)	2021 (ESTIMATIVA)	2020
Portugal	1,0%	1,0%	-1,0%
Angola	22,3%	25,9%	22,3%
Moçambique	3,5%	2,9%	2,5%
Zâmbia	8,3%	19,9%	15,7%
Malawi	5,3%	5,1%	5,0%
Gabão	2,0%	2,0%	1,2%
Zimbabué	29,9%	84,9%	557,2%

Fonte: World Economic Situation and Prospects 2022 – Nações Unidas

O setor da construção enfrentou dificuldades acrescidas ao longo do ano 2021:

- a escassez de mão de obra foi agravada pelas baixas temporárias dos trabalhadores que foram testando positivo à COVID-19;
- a aquisição de novos equipamentos e elementos de manutenção sofreu diversos atrasos e subidas de preço, devido, em grande medida, à escassez de componentes eletrónicos;
- os principais materiais utilizados no processo produtivo tiveram um severo agravamento dos preços, alguns dos quais mais do que duplicaram;
- e a própria procura manteve um comportamento conservador, adiando, uma vez mais, alguns investimentos há muito anunciados.

2.

Apesar de todos os obstáculos provocados pela pandemia, pelo atraso na implementação das medidas do Plano de Recuperação e Resiliência em Portugal, em grande medida pela não aprovação do orçamento de Estado e consequente processo eleitoral antecipado; pela ausência de novas obras em Angola, onde se espera uma retoma gradual após o processo eleitoral que decorrerá em 2022; e pela inexistência de novos projetos nos países onde se encontra a laborar, 2021 foi um ano de superação para o grupo Conduril. O esforço conjunto do seu capital humano permitiu uma melhoria da generalidade dos seus indicadores financeiros:

INDICADORES	2021	2020	2019
Ativo (€)	381.358.328	377.031.776	370.893.772
Passivo (€)	186.030.240	198.739.064	161.620.781
Capital próprio (€)	195.328.088	178.292.712	209.272.991
Dívida líquida (€)	-4.338.883	11.724.002	-1.051.957
Volume de negócios (€)	156.230.714	123.960.649	154.775.033
VAB (€)	63.009.471	49.573.427	59.030.795
EBITDA (€)	17.858.063	12.138.072	20.248.176
Resultado líquido do período (€)	5.784.268	1.141.046	2.465.333
Autonomia financeira	51%	47%	56%
Liquidez geral	188%	157%	184%
Rácio de solvabilidade	105%	90%	129%

O volume de negócios do grupo registou um aumento superior a 25% face ao ano anterior, evolução alicerçada na atividade em Portugal que representou 64% da atividade total, com particular contributo de duas das obras de maior envergadura da sua natureza que se encontram em curso em Portugal: a 3.ª expansão do molhe Leste do Porto de Sines e a construção da Barragem do Alto Tâmega.

O EBITDA registou uma melhoria acima dos 30% e o resultado líquido do período assumiu um valor quatro vezes superior ao do período homólogo.

Ao nível da tesouraria, a dívida líquida voltou a apresentar valores negativos, após a situação excecional verificada em 2020 - muito por força do investimento realizado nesse ano. A este propósito destaca-se o facto de todos os financiamentos obtidos pelo grupo serem considerados no cálculo deste indicador, independentemente da sua maturidade e/ou natureza.

Também de realçar a evolução positiva dos indicadores de autonomia financeira e liquidez que traduzem a preocupação constante do grupo com a sustentabilidade das suas operações.

Ao longo do ano, o grupo Conduril alargou a sua carteira de obras em curso e o seu leque de clientes nas diferentes geografias com a angariação de novas obras em Portugal, Angola, Moçambique e Zâmbia.

Conforme mencionado no relatório do ano anterior, concretizou-se, no início do segundo semestre de 2021, a venda da participação da concessionária e operadora da Subconcessão do Baixo Alentejo. Quanto à Subconcessão do Algarve Litoral, a Conduril mantém a sua participação e convicção de que a decisão do pedido de indemnização que decorre em tribunal arbitral desde 2019 será favorável e terá o seu desfecho ao longo do ano de 2022.



MOÇAMBIQUE

3.

Apesar deste período de forte instabilidade do mercado, o grupo Conduril manteve a sua aposta no reforço da sua capacidade produtiva, culminando o ano de 2021 com um investimento em ativos fixos superior a 9 milhões de euros.

O investimento efetuado ao longo do último triénio, num valor acumulado próximo de 50 milhões de euros, tem permitido uma resposta mais célere e mais eficiente às necessidades das obras e consequentemente dos seus clientes.

4.

Em 2021, o grupo empregou, em termos médios, 2.350 colaboradores, 30% dos quais em território nacional, os restantes no continente africano, sendo que 6% do total representam trabalhadores deslocados do seu país de residência.

A pandemia de COVID-19 obrigou, por um lado, a que o grupo ficasse limitado nos seus recursos humanos e, por outro, a que não pudesse utilizar a sua capacidade da forma mais eficiente. Contudo, a colaboração entre todos permitiu um aumento da produtividade média *per capita* de 25% face a 2020, refletindo-se esta situação numa melhoria da remuneração média *per capita* de 20%.

A preocupação do grupo com o seu quadro de pessoal não se cingiu ao nível remuneratório presente, uma vez que manteve a sustentabilidade e reforço do seu fundo de pensões que apresentava um valor superior a 11,2 milhões de euros no final de 2021 (em 2020, o seu valor era de 10,6 milhões de euros).

5.

Enquadrada na sua política de bom governo da sociedade, o grupo Conduril, consciente da imprescindibilidade de uma adequada gestão de risco, possui uma política interna sólida de identificação, qualificação e mitigação dos riscos que podem ter um impacto negativo na concertação dos seus objetivos.

A gestão do risco no grupo vai para além da categorização convencional do risco estratégico, financeiro e operacional, pois o grupo sabe que os riscos estão relacionados entre si, manifestam-se em curtos espaços de tempo e podem rapidamente mudar de categoria.

Consciente de que o risco deve ser gerido e não evitado, o grupo tem um departamento afeto à sua gestão. Esta gestão assenta nos seguintes pilares:

- mitigar o risco - através da implementação de controlos e/ou mecanismos que o minimizem;
- transferir o risco - transferindo o risco para outras entidades, sempre que essa transferência se preveja vantajosa no balanceamento da relação custo/benefício;
- aceitação - reconhecendo formalmente a existência do risco e monitorizando o seu impacto na organização.

6.

Numa fase em que a pandemia começou a perder força e a atenção dos agentes económicos se centra na ameaça de uma nova grande guerra começar a ganhar contornos cada vez mais preocupantes, o grupo Conduril está ciente de que 2022 vai ser um ano de grandes desafios:

- com o agravamento generalizado de todas as cadeias logísticas e de fornecimento;
- a tão ansiada estabilização dos preços das principais *commodities* é cada vez mais uma miragem, tendo-se assistido a uma escalada dos mesmos e a um aumento da sua escassez;
- as restrições ao nível da mobilidade e da utilização da capacidade máxima permitida tardam em desaparecer, provocando um constante subaproveitamento da generalidade dos recursos;
- a instabilidade cambial das moedas nos países onde opera não parece dar tréguas;
- o número de concursos públicos nos mercados internacionais continuará exíguo.

Apesar destas adversidades, mantém a sua confiança na continuação de um nível de atividade e rentabilidade próximo do verificado em 2021, atendendo:

- à carteira de encomendas cujo valor total no final de 2021 era superior a 500 milhões de euros;
- ao plano de investimentos previsto para o setor em Portugal, com base no plano de recuperação que deverá começar a ganhar visibilidade no segundo semestre de 2022;
- à retoma gradual esperada no mercado angolano, com particular incidência para o período pós-eleições;
- aos esforços que têm sido desenvolvidos ao longo dos últimos anos e que levarão à expansão da atividade a novos mercados; e
- à confiança que o Conselho de Administração mantém nos seus recursos humanos, que são o principal fator diferenciador da atuação do grupo no mercado.

7.

Outras informações:

- a)** A Conduril possui sucursais em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi e Marrocos. A sucursal do Botswana foi encerrada no final do ano 2020 e a sucursal do Gabão foi convertida em subsidiária no 2.º semestre de 2021.
- b)** Não existem dívidas em mora perante o Estado ou quaisquer outras entidades públicas, incluindo a Segurança Social.



PORTUGAL

c) O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é composto por 2.000.000 de ações ordinárias com valor nominal de 5 euros cada.

d) As 200.000 ações próprias detidas pela empresa não foram objeto de qualquer transação no ano.

e) Os valores mobiliários emitidos pela Conduril - Engenharia, S.A. detidos por titulares do Conselho de Administração mantiveram-se inalterados face ao ano anterior.

f) Os negócios ou operações entre a sociedade ou qualquer entidade por si controlada e membros dos seus órgãos de administração e fiscalização são inexistentes ou assumem a natureza de transações sem especial significado económico para qualquer das partes envolvidas e são realizadas no âmbito da atividade corrente do grupo, em condições normais de mercado para operações similares. Caso existam, os mesmos estarão sujeitos a autorização por deliberação do Conselho de Administração, respeitando o previsto no Código das Sociedades Comerciais.

8.

O Conselho de Administração propõe no seu relatório e contas individual que o resultado líquido do período de 2021, no montante de 5.782.682 euros, apresente a seguinte distribuição:

- Dividendos: 1.800.000 euros, que correspondem a 1,00 euro por ação;
- Outras reservas: 3.982.682 euros.



PORTUGAL

9.

Para terminar o seu relatório, o Conselho de Administração da Conduril deixa um sincero agradecimento a todos os Colaboradores do grupo, aos Clientes, Fornecedores, Instituições Financeiras e restantes elementos dos Órgãos Sociais.

A dedicação, esforço e colaboração de todos foram os elementos principais para que juntos se mantenha o caminho do crescimento sustentável.

Ermesinde, 04 de março de 2022

O Conselho de Administração





03

**Demonstrações Financeiras
Consolidadas e Anexo**

BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Montantes expressos em EURO

	NOTAS	2021	2020
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	3;7	89.096.037	86.239.054
Ativos intangíveis	3;6	5.594.997	5.516.499
Participações financeiras (método de equivalência patrimonial)	3;9	494.241	-
Outros investimentos financeiros	3;19	33.827.624	73.240.968
Ativos por impostos diferidos	3;17	7.889.897	5.761.847
Subtotal		136.902.796	170.758.368
ATIVO CORRENTE			
Inventários	3;10	16.788.209	13.647.671
Clientes	3;19	105.193.170	85.113.548
Clientes c/retenções de garantias	3;19	6.240.046	6.173.167
Estado e outros entes públicos	21	21.289.866	17.638.405
Acionistas		7.159	7.159
Outros créditos a receber	3;21	35.162.721	52.767.626
Diferimentos	3;21	1.484.510	1.207.230
Ativos financeiros detidos para negociação	3;19	45.410.058	1.805.766
Ativos não correntes detidos para venda	3;18	-	20.879.954
Outros ativos financeiros	3;19	1.521	1.482
Caixa e depósitos bancários	3;4	12.878.274	7.031.400
Subtotal		244.455.533	206.273.408
TOTAL DO ATIVO		381.358.328	377.031.776
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		10.000.000	10.000.000
Ações próprias	3	(950.000)	(950.000)
Reservas legais		3.470.856	3.459.903
Outras reservas		205.679.034	205.082.903
Resultados transitados		5.719.711	6.684.910
Excedentes de revalorização		1.885.767	2.172.444
Ajustamentos/Outras variações de capital próprio		(36.291.544)	(49.308.317)
Subtotal		189.513.824	177.141.843
Resultado líquido do período		5.782.682	1.136.131
Subtotal		195.296.506	178.277.974
Interesses que não controlam		31.582	14.738
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	3	195.328.088	178.292.712
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	3;13	4.029.471	3.922.642
Financiamentos obtidos	3;8;19	45.667.261	57.895.123
Passivo por impostos diferidos	3;17	5.743.386	5.831.753
Outras dívidas a pagar	3;21	286.115	-
Subtotal		55.726.233	67.649.517
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	3	40.241.278	42.252.963
Adiantamentos de clientes	3	26.410.251	34.662.669
Estado e outros entes públicos	21	16.394.756	16.121.606
Acionistas		2.842.761	2.846.179
Financiamentos obtidos	3;8;19	28.162.770	21.977.654
Outras dívidas a pagar	3;21	14.745.527	11.610.362
Diferimentos	3;21	1.506.663	1.618.115
Subtotal		130.304.007	131.089.547
TOTAL DO PASSIVO		186.030.240	198.739.064
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		381.358.328	377.031.776

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Montantes expressos em EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2021	2020
Vendas e serviços prestados	3;12;21;22	156.230.714	123.960.649
Subsídios à exploração		-	-
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3;9	447.798	(220.663)
Variação nos inventários da produção	3;10	12.104	(137.862)
Trabalhos para a própria entidade	3	1.182.367	1.648.333
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(50.860.303)	(35.118.870)
Fornecimentos e serviços externos	21	(53.673.311)	(58.412.228)
Gastos com pessoal	3;20;21	(45.151.408)	(37.435.355)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	3;10	(59.096)	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3;19	(1.433.772)	-
Provisões (aumentos/reduções)	3;13	(117.239)	(795.127)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/Reduções de justo valor		-	1.671
Outros rendimentos	14;21	31.146.984	30.768.308
Outros gastos	14;21	(21.476.882)	(12.914.239)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		16.247.955	11.344.615
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3;6;7	(6.880.435)	(4.737.326)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		9.367.520	6.607.289
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	3;21	(3.371.724)	(3.317.091)
Resultado antes de impostos		5.995.796	3.290.198
Impostos sobre o rendimento do período	3;17	(211.528)	(2.149.152)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		5.784.268	1.141.046
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) inc. no resultado líquido do período		-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL:			
Detentores do capital da empresa mãe		5.782.682	1.136.131
Interesses que não controlam		1.586	4.915
Subtotal		5.784.268	1.141.046
RESULTADO POR AÇÃO BÁSICO		3,21	0,63

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		135.556.101	152.947.964
Pagamentos a fornecedores		(120.640.461)	(100.491.647)
Pagamentos ao pessoal		(40.597.914)	(32.939.213)
Caixa gerada pelas operações		(25.682.274)	19.517.104
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(584.800)	(828.824)
Outros recebimentos/pagamentos		3.430.917	(11.083.276)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)		(22.836.158)	7.605.003
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Ativos fixos tangíveis		(4.035.198)	(8.173.316)
Ativos intangíveis		-	(5.203)
Investimentos financeiros		(37.454)	(47.609)
Outros ativos		-	-
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Ativos fixos tangíveis		1.880	276.594
Investimentos financeiros		23.222.151	9.510
Juros e rendimentos similares		4.174.803	2.957.882
Dividendos		41.627	130.743
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		23.367.809	(4.851.398)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:			
Financiamentos obtidos		127.170.859	96.331.590
Outras operações de financiamento		-	-
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:			
Financiamentos obtidos		(116.301.072)	(96.655.572)
Financiamentos leasings		(4.811.322)	(2.276.770)
Juros e gastos similares		(2.369.839)	(2.523.498)
Dividendos		(540.000)	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		3.148.626	(5.124.251)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		3.680.277	(2.370.646)
Efeito das diferenças de câmbio		2.166.597	(787.167)
Caixa e seus equivalentes no início do período		7.031.400	10.189.212
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	12.878.274	7.031.400

A Administração,

O Contabilista Certificado,

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Montantes expressos em EURO

CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE											
NOTAS	CAPITAL SUBSCRITO	ACÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIAS	RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSFERIDOS	EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO	AJUSTAMENTOS/ OUTRAS VARIÁÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
POSIÇÃO EM 01 DE JANEIRO DE 2021	10.000.000	(950.000)	3.459.903	205.082.903	6.684.910	2.172.444	(49.308.317)	1.136.131	178.277.974	14.738	178.292.712
Aplicação do resultado do período			10.953	1125.178				(1.136.131)	-		-
Posição em 01 de janeiro de 2021, após aplicação de resultados	10.000.000	(950.000)	3.470.856	206.208.081	6.684.910	2.172.444	(49.308.317)	-	178.277.974	14.738	178.292.712
ALTERAÇÕES NO PERÍODO:											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras							13.802.883		13.802.883	15.397	13.818.280
Realização do excedente de revalorização											
Excedentes de revalorização					53.157	(53.157)					
Ajustamentos por impostos diferidos					233.520	(233.520)					
Alterações atuariais de benefícios pós-emprego											
Aplicação do método da equivalência patrimonial							(2.495.513)		(2.495.513)		(2.495.513)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				10.953	(1.251.876)		1.709.403		468.480	(138)	468.342
				10.953	(965.199)	(286.677)	13.016.773		11.775.850	15.258	11.791.108
Resultado líquido do período								5.782.682	5.782.682	1.586	5.784.268
Resultado integral								5.782.682	17.558.532	16.844	17.575.377
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO											
Subscrições de capital											
Subscrições de prémios de emissão											
Distribuições				(540.000)					(540.000)		(540.000)
Entradas para cobertura de perdas											
Outras operações											
				(540.000)					(540.000)		(540.000)
POSIÇÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2021	3	(950.000)	3.470.856	205.679.034	5.719.711	1.885.767	(36.291.544)	5.782.682	195.296.506	31.582	195.328.088

A Administração,

O Contabilista Certificado,



03

**ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO
DE 2021**

1. NOTA INTRODUTÓRIA

ATIVIDADE

A Conduril - Engenharia, S.A. (“Conduril” ou “Empresa”) é uma sociedade fundada em 1959 e transformada em sociedade anónima em 1976, com sede social na Av. Eng.º Duarte Pacheco, 1835, 4445-416 Ermesinde - Valongo, e junto com as empresas participadas (“Grupo”), tem como atividade principal empreitadas de engenharia civil e todos os trabalhos que se prendam com o exercício dessa atividade.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações das empresas que integram o Grupo, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

O Conselho de Administração irá manter o acompanhamento de todos os desenvolvimentos relacionados com a situação económica nacional e internacional, designadamente a guerra na Ucrânia. É expectável que este acontecimento tenha um impacto negativo no atual enquadramento económico, que se perspectiva de elevada incerteza e rápida evolução, pelo que não é possível estimar com razoável grau de confiança os eventuais impactos, se alguns, na atividade do Grupo. De acordo com as normas contabilísticas, estes eventos, ocorridos após a data do balanço, foram considerados eventos subsequentes não ajustáveis.

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se arquivadas na sede da Empresa.

Todos os montantes expressos nestas notas são apresentados em euros com arredondamento à unidade.

O perímetro de consolidação da Conduril - Engenharia, S.A. inclui as seguintes entidades:

CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL	%
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00
Edirio - Construções, S.A.	100,00
Métis Engenharia, Lda.	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00
Urano, Lda.	99,00
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	100,00
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	100,00
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	100,00
Conduril Engenharia Gabon, S.A.*	100,00
CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL:	
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50,00
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86
MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL:	
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	21,64
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33

* A empresa subsidiária Conduril Engenharia Gabon, S.A. resultou da transformação da sucursal do Gabão em 01 de julho de 2021.

COVID-19

O surto de COVID-19 foi classificado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, tendo sido declarado estado de emergência em Portugal em 18 de março de 2020 e a partir dessa data em todos os países onde atuamos. Vive-se, assim, nos últimos meses um contexto de grande incerteza, causada direta e indiretamente pela pandemia de COVID-19. Desde o seu início que o Grupo tem vindo a acompanhar de perto todos os desenvolvimentos relacionados com a doença, implementando de forma prudente as medidas que considera adequadas em função das recomendações emanadas pelas autoridades internacionais relevantes e pelos organismos competentes dos países em que opera. O impacto da pandemia na atividade do Grupo foi sentido, essencialmente, ao nível de algumas paragens/suspensões de produção, em consequência das restrições impostas ao nível das deslocações e confinamentos, assim como nos encargos associados às medidas necessárias tomadas no âmbito da segurança no trabalho. Adicionalmente, o Grupo, em 2020, aderiu a planos de moratória em alguns financiamentos bancários ao abrigo dos planos de apoio económico de combate aos impactos económico-sociais da pandemia provocada pela doença COVID-19. Ainda nos encontramos num contexto de alguma incerteza quanto ao futuro, apesar de assistimos atualmente ao levantar gradual das restrições que foram decretadas.

A Administração da Conduril garantiu a elaboração dos planos de ação de contingência e de prevenção considerados necessários e adequados, de forma a antecipar e mitigar os efeitos adversos e os impactos económicos e financeiros nas suas atividades. Estes planos têm sido constantemente revistos e atualizados, tendo em conta a evolução da pandemia e dos seus efeitos em cada uma das geografias em que a Conduril está presente. Tendo em conta os factos ocorridos até ao momento, e apesar de ainda subsistir incerteza quanto aos impactos futuros da pandemia, não se estima que estes possam colocar em causa a continuidade das operações do Grupo.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos do Grupo e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto-lei n.º 98/2015, de 02 de junho (Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas).

2.2. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

As quantias apresentadas para efeitos comparativos são comparáveis e estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no ponto anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que constituem o Grupo, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

A. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os princípios de consolidação adotados pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

i. Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia - geral ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas "Interesses que não controlam".

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas/sócios minoritários excedam o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os acionistas/sócios minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subseqüentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período, estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda, respetivamente.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico (“Entidades de Finalidades Especiais”), ainda que não possua participações de capital diretamente ou indiretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

ii. Investimentos em associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (entendendo o Grupo como tal, as empresas onde exerce uma influência significativa mas em que não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa – geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros em empresas associadas são inicialmente contabilizados pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de gastos ou rendimentos do período. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor do investimento, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do Grupo.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *goodwill*. Se essas diferenças forem negativas, após reconfirmação do justo valor atribuído, são registadas como ganhos do período na rubrica “Outros rendimentos”.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existam indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando nesses casos uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os rendimentos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

iii. Entidades conjuntamente controladas

Os interesses financeiros em empresas/entidades conjuntamente controladas foram consolidados nas demonstrações financeiras anexas, pelo método da consolidação proporcional desde a data em que o controlo é partilhado. De acordo com este método, os ativos, passivos, gastos e rendimentos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos interesses financeiros detidos em empresas/entidades conjuntamente controladas é determinada com base:

- nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto;

- na percentagem efetiva de detenção;
- nos direitos de voto detidos.

Qualquer diferença de consolidação gerada na aquisição de uma empresa/entidade conjuntamente controlada é registada de acordo com as políticas contabilísticas definidas para as empresas subsidiárias. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas conjuntamente controladas são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

iv. Goodwill

À data do balanço, é efetuada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor contabilístico do *goodwill* exceda o seu valor recuperável. O valor do *goodwill* não é amortizado. O ganho ou a perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo. As perdas por imparidade relativas ao *goodwill* não são reversíveis, sendo registadas na demonstração dos resultados do período na rubrica “Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias e associadas e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis (incluindo passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, se negativas, são reconhecidas como rendimento na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *goodwill* está associado se mantenha a gerar benefícios para o Grupo.

v. Conversão de demonstrações financeiras de filiais expressas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras incluídas na consolidação são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os gastos e rendimentos utilizando as taxas de câmbio médias. A diferença cambial resultante é registada na rubrica de capitais próprios “Outras variações no capital próprio”.

O valor do *goodwill* e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessas entidades e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do período. Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

B. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente direitos de superfície e programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em utilização, pelo método da linha reta, durante um período de 60 e de 6 anos, respetivamente.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente às quais seja provável que o seu ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

C. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 01 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, numa base anual.

As taxas de depreciação utilizadas no presente período correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	ANOS
Edifícios e outras construções	4 - 50
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	4 - 12
Equipamento administrativo	3 - 25
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20

Os gastos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos no período em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção ou em trânsito, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

D. LOCAÇÕES

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação em que o Grupo

age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, quando através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é registado como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

E. INTEGRAÇÃO DE SUCURSAIS

A informação contabilística das sucursais onde o Grupo desenvolve a sua atividade, designadamente em Angola, Moçambique, Marrocos, Cabo Verde, Zâmbia, Malawi e Gabão (a partir de 01 de julho de 2021, a sucursal do Gabão foi transformada em sociedade anónima, pelo que integra as empresas subsidiárias), é integrada mensalmente na contabilidade. Os saldos e transações ocorridos no período entre a sede e as sucursais são anulados.

Quando a moeda funcional da sucursal é diferente da moeda de relato do Grupo, o processo de integração é realizado através da transposição de todas as variações de ativos e passivos, rendimentos e gastos à taxa de câmbio em vigor na data de cada integração mensal. Na data de relato são apuradas as diferenças de câmbio decorrentes dos ativos e passivos monetários, sendo as mesmas registadas mensalmente como variações de capitais próprios.

Na informação contabilística das sucursais são utilizadas, fundamentalmente, as políticas contabilísticas em vigor em Portugal. Para garantir a uniformidade das políticas contabilísticas, sempre que o normativo local seja divergente do normativo em vigor em Portugal, são efetuados os devidos ajustamentos.

F. IMPARIDADE DOS ATIVOS NÃO CORRENTES (EXCETO GOODWILL)

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada período.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)”. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida se tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

G. GASTOS DE FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime do acréscimo, mesmo nos casos em que estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que poderiam ser capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

H. INVENTÁRIOS

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, o valor realizável líquido ou o custo de reposição.

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção (que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico) ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior. Por preço de mercado, entende-se o valor realizável líquido.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, reconhecem-se perdas por imparidade.

I. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i. Investimentos

Os investimentos noutras empresas encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação destes investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

ii. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. Não existem situações onde o valor nominal difere do justo valor e, portanto, que a dívida devesse ser mensurada utilizando o método do juro efetivo.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo

em dívida não será recebido. Para tal, o Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

iii. Financiamentos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu custo amortizado. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

Não existem situações onde a aplicação do método do custo amortizado tenha um impacto materialmente relevante na mensuração, quando comparado com o valor nominal.

iv. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal, sendo o efeito da utilização do método do juro efetivo considerado imaterial.

v. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumam.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe a obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos gastos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos gastos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

vi. Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os rendimentos e perdas inerentes à alienação das ações próprias são registados na rubrica "Outras reservas", não afetando o resultado do período.

vii. Letras descontadas e contas a receber cedidas em factoring

O Grupo desreconhece ativos financeiros nas suas demonstrações financeiras consolidadas, unicamente quando o direito contratual aos fluxos de caixa inerentes a

tais ativos já tiver expirado, ou quando o Grupo transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos para uma terceira entidade. Se o Grupo reter substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer nas suas demonstrações financeiras os mesmos, registando no passivo na rubrica “Financiamentos obtidos” a contrapartida monetária pelos ativos cedidos.

Consequentemente, os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas e as contas a receber cedidas em *factoring* à data de cada balanço, com exceção das operações de “*Factoring* sem recurso”, são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, no passivo, até ao momento do seu recebimento.

viii. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

J. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo do Grupo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para o Grupo. O Grupo não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras consolidadas, apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para o Grupo forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

K. PERIODIZAÇÃO ECONÓMICA

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros créditos a receber”, “Outras dívidas a pagar” ou “Diferimentos”.

L. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

Os impostos sobre o rendimento registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável de cada empresa incluída na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data do balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis (com exceção do *goodwill*, não dedutível para efeitos fiscais), das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

M. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se o respetivo valor de balanço for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é provável e o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (ii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iii) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor deduzido dos gastos expectáveis com a sua venda.

N. SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica “Subsídios à exploração” da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos são registados no balanço como “Outras variações no capital próprio” e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados, em cada período.

O. COMPLEMENTOS DE REFORMA

A Conduril - Engenharia, S.A. assumiu compromissos de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez. Para cobrir essas responsabilidades a Conduril - Engenharia, S.A. criou um Fundo de Pensões de benefício definido em 1989, exclusivo para os seus funcionários, cujos encargos anuais, determinados de acordo com cálculos atuariais, são registados em conformidade com a NCRF 28 - “Benefícios dos empregados”.

As responsabilidades atuariais são calculadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, utilizando os pressupostos atuariais e financeiros considerados adequados.

P. RÉDITO

O Grupo reconhece os resultados das obras, contrato a contrato, de acordo com a NCRF 19 - “Contratos de construção”, pelo método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os gastos incorridos em cada obra até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para completar a obra. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação do grau de acabamento aos rendimentos estimados e os valores faturados são incluídos nas rubricas “Outros créditos a receber” e “Diferimentos”.

As variações verificadas nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do período quando é provável que o cliente aprove a quantia de rédito proveniente da variação e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que seja provável que o cliente aceite a reclamação e que seja possível mensurá-la com fiabilidade.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia das obras, o Grupo reconhece anualmente um passivo para cumprir tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em conta o volume de produção anual e o historial de gastos incorridos no passado com as obras em período de garantia. Quando é provável que os gastos totais previstos no contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados do período.

Os dividendos de participações registadas ao custo são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados do período em que é decidida a sua atribuição.

Q. GASTOS COM A PREPARAÇÃO DE PROPOSTAS

Os gastos incorridos com a preparação de propostas para concursos diversos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que são incorridos.

R. TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Os trabalhos para a própria entidade correspondem a obras de construção e beneficiação, executadas por qualquer empresa do Grupo, bem como a grandes reparações de equipamentos e incluem gastos com materiais, mão de obra direta e gastos gerais.

Tais gastos são objeto de capitalização apenas quando preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de os ativos virem a gerar benefícios económicos futuros; e
- São mensuráveis de forma fiável.

S. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

T. JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração de cada empresa incluída na consolidação baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Registo de provisões e perdas por imparidade;
- Reconhecimento de réditos de obras em curso;
- Reconhecimento do valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma; e
- Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva, conforme disposto na NCRF 4.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

A. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas.

B. MOEDA ESTRANGEIRA

No reconhecimento inicial, as transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período. Os itens não monetários que sejam mensurados ao custo histórico numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

As diferenças cambiais associadas a contas a receber/pagar cuja maturidade não se encontre definida, são registadas na demonstração dos resultados do período quando tais contas a receber/pagar forem depreciadas/alienadas/liquidadas. As demonstrações financeiras de empresas participadas e sucursais expressas em moeda estrangeira são convertidas para euro.

As cotações utilizadas para conversão em euros foram as seguintes:

MOEDA	MOEDA DE CONVERSÃO	2021		2020	
		31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO	31 DE DEZEMBRO	CÂMBIO MÉDIO
Dólar Americano	Euro	0,88290	n/a	0,81493	n/a
Dirham Marroquino	Euro	0,09509	0,09398	0,09145	0,09220
Pula Botswana	Euro	n/a	n/a	0,07540	0,07601
Metical Moçambicano	Euro	0,01383	0,01298	0,01087	0,01242
Escudo Cabo Verdiano	Euro	0,00907	0,00907	0,00907	0,00907
Franco CFA	Euro	0,00152	0,00152	0,00152	0,00152
Kwacha Zâmbia	Euro	0,05296	0,04287	0,03852	0,04667
Kwacha Malawi	Euro	0,00108	0,00106	0,00105	0,00117
Kwanza Angolano	Euro	0,00157	0,00135	0,00125	0,00146
Rand Sul Africano	Euro	0,05559	n/a	0,05549	n/a
Dólar Namibiano	Euro	0,05521	n/a	0,05427	n/a
Dólar Zimbabuano	Euro	0,00812	0,00946	0,00995	0,01568

3.3. Juízos de valor sobre o processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração de cada empresa incluída na consolidação utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Grupo, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3.5. Principais fontes de incerteza

A presente nota faz referência aos principais pressupostos adotados em relação ao futuro na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

A. IMPARIDADE DOS ATIVOS

A determinação da imparidade dos ativos requer a estimativa do valor presente dos *cash flows* futuros associados a esse ativo. Neste cálculo são adotados pressupostos que se baseiam na experiência passada das empresas que integram o Grupo, bem como nas expectativas futuras. O Grupo considera existir um risco controlado destes pressupostos não se verificarem.

B. VIDAS ÚTEIS DOS ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis e intangíveis são revistas em cada data de relato. As vidas úteis dos ativos dependem de diversos fatores relacionados quer com a utilização dos mesmos, quer com a sua localização.

C. RÉDITO E CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

O rédito dos contratos de construção em curso é reconhecido com base no método da percentagem de acabamento do contrato. A fase de acabamento traduz-se numa estimativa relevante que assenta na previsão dos gastos a incorrer até à conclusão do contrato. Este processo é assente em análises técnicas efetuadas por técnicos.

D. PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

As provisões são reconhecidas após análise dos técnicos de forma a apurar a existência de uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, um provável exfluxo de recursos. Esta estimativa é igualmente suportada com base na opinião dos advogados e consultores do Grupo.

E. RECONHECIMENTO DO VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

As responsabilidades com pensões de reforma são estimadas com base em avaliações atuariais efetuadas por peritos externos. No apuramento da responsabilidade são incluídos pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade, invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Face ao exposto, não são antecipadas alterações relevantes às estimativas efetuadas e, conseqüentemente, não são esperadas variações materiais nos ativos e passivos registados com base nessas estimativas.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1. Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O valor do saldo de “Caixa e seus equivalentes” encontra-se totalmente disponível.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica “Caixa e depósitos bancários”

O saldo de caixa e de depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	257.048	21.272
Depósitos à ordem	7.067.519	6.071.743
Depósitos a prazo	5.553.707	938.385
TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	12.878.274	7.031.400

5. PARTES RELACIONADAS

5.1. Remunerações do pessoal chave da gestão

A. Total de remunerações: 1.339.235 euros (2020: 1.378.046 euros).

5.2. Transações entre partes relacionadas

A. Natureza do relacionamento das partes relacionadas:

	PAÍS	% DIRETA	% TOTAL
SUCURSAIS:			
Angola	-	-	-
Moçambique	-	-	-
Marrocos	-	-	-
Cabo Verde	-	-	-
Zâmbia	-	-	-
Malawi	-	-	-
Gabão*	-	-	-
SUBSIDIÁRIAS:			
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Edirio - Construções, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Métis Engenharia, Lda.	Angola	99,00	99,00
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	Moçambique	100,00	100,00
Urano, Lda.	Angola	99,00	99,00
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Esquénio - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	Portugal	100,00	100,00
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	Zimbabué	100,00	100,00
Conduril Engenharia Gabon, S.A.*	Gabão	100,00	100,00
ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS:			
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Marrocos	33,33	33,33
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Marrocos	50,00	50,00
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Portugal	16,67	16,67
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Portugal	17,86	17,86
UTE Alcântara - Garrovillas	Espanha	15,00	15,00
ASSOCIADAS:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	Portugal	21,64	23,64
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	Portugal	33,33	33,33
PESSOAL CHAVE DA GESTÃO:			
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:			
Eng.º António Luís Amorim Martins (Presidente) - <i>Chairman</i>			
Eng.ª Maria Benedita Andrade de Amorim Martins (Presidente da Comissão Executiva) - CEO			
Dr.ª Maria Luísa Andrade Amorim Martins Mendes (Vice-presidente da Comissão Executiva)			
Eng.º António Baraças Andrade Miragaia			
Eng.º António Emanuel Lemos Catarino			
Eng.º Jorge Lúcio Teixeira Castro			
Eng.º Miguel José Alves Montenegro Andrade			
Eng.º Ricardo Nuno Araújo Abreu Vaz Guimarães			
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	Portugal	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	Portugal	-	-
Mugige Vinhos, Lda.	Angola	-	-

* Em 01 de julho de 2021, a sucursal do Gabão foi transformada em empresa subsidiária.

B. Transações e saldos pendentes:

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo apresentou as seguintes transações e saldos face a entidades relacionadas:

Em 31 de dezembro de 2021:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:			
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	829.542	-	-
	829.542	-	-
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.612.314	17.870	40.000
	13.612.314	17.870	40.000
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
UTE Alcântara - Garrovillas	1.219.788	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	37.512	195.596	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	332.375	255.223	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	16.624	-
Mugige Vinhos, Lda.	3.882.672	-	-
	5.472.347	467.443	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
UTE Alcântara - Garrovillas	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	95.082	478.165
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	195.670	192.064
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	283.018
Mugige Vinhos, Lda.	-	92.509
	290.752	1.045.756

Em 31 de dezembro de 2020:

PARTES RELACIONADAS	SALDOS PENDENTES ATIVOS	SALDOS PENDENTES PASSIVOS	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS
ENTIDADES COM CONTROLO CONJUNTO OU INFLUÊNCIA SIGNIFICATIVA:			
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	828.511	-	-
	828.511	-	-
OUTRAS PARTICIPAÇÕES:			
SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.	20.443.205	159.500	20.000
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	13.786.917	17.870	20.000
	34.230.122	177.370	40.000
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:			
UTE Alcântara - Garrovillas	1.220.412	-	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	2.969	549.590	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	70.496	-	-
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	21.972	-
Mugige Vinhos, Lda.	3.087.317	-	-
	4.381.194	571.562	-

PARTES RELACIONADAS	RENDIMENTOS	GASTOS
OUTRAS PARTES RELACIONADAS:		
UTE Alcântara - Garrovillas	624	-
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda.	154.873	2.026.490
Geonorte - Geotecnia e Fundações Especiais, Lda. - Sucursal Angola	234.574	65.700
Sociedade Agrícola da Quinta do Javali, Lda.	-	205.359
Mugige Vinhos, Lda.	1.922.415	21.872
	2.312.486	2.319.421

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

6.1. Divulgações, para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

A. As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS INTANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Investigação e desenvolvimento	6	16,67%
Programas de computador	6	16,67%
Direitos de superfície	60	1,66%
Outros ativos intangíveis	6	16,67%

B. Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método da linha reta, tendo por base a respetiva vida útil esperada.

C. Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

ATIVOS INTANGÍVEIS	31.12.2021		31.12.2020	
	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE	ATIVO BRUTO	AMORT. E PERDAS POR IMPARIDADE
Investigação e desenvolvimento	27.740	6.194	27.740	1.571
Programas de computador	196.125	125.373	153.577	106.370
Propriedade industrial	47.121	-	47.121	-
Direitos de superfície	5.877.514	637.279	5.852.346	625.756
Outros ativos intangíveis	218.080	2.737	171.900	2.488
TOTAL	6.366.580	771.583	6.252.684	736.185

D. O valor das amortizações relativo a ativos intangíveis incluído na rubrica da demonstração dos resultados “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” ascende a:

AMORTIZAÇÕES DO PERÍODO	31.12.2021	31.12.2020
Investigação e desenvolvimento	4.623	1.571
Programas de computador	18.900	11.450
Direitos de superfície	9.266	9.726
Outros ativos intangíveis	108	118
TOTAL	32.897	22.865

E. Os movimentos na rubrica “Ativos intangíveis” durante o 2021 e 2020 são os que se seguem:

	2021					
	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2020	27.740	5.852.346	153.576	47.121	171.900	6.252.683
Adições	-	15.430	46.549	-	-	61.979
Outras variações	-	9.738	(4.000)	-	46.180	51.918
Saldo em 31.12.2021	27.740	5.877.514	196.125	47.121	218.080	6.366.580
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2020	1.571	625.756	106.370	-	2.488	736.185
Adições	4.623	9.266	18.900	-	108	32.897
Outras variações	-	2.257	103	-	141	2.502
Saldo em 31.12.2021	6.194	637.279	125.373	-	2.737	771.583
VALOR LÍQUIDO	21.546	5.240.235	70.752	47.121	215.343	5.594.997

	2020					
	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	DIREITOS DE SUPERFÍCIE	SOFTWARE	PROPRIEDADE INDUSTRIAL	OUTROS AT. INTANGÍVEIS	TOTAL
ATIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2019	-	5.868.885	106.440	48.446	229.522	6.253.293
Adições	27.740	-	50.556	-	-	78.296
Outras variações	-	(16.539)	-	-	(57.622)	(74.161)
Transf. e abates	-	-	(3.419)	(1.325)	-	(4.744)
Saldo em 31.12.2020	27.740	5.852.346	153.576	47.121	171.900	6.252.684
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2019	-	616.592	92.775	1.325	2.555	713.247
Adições	1.571	9.726	11.450	-	118	22.865
Outras variações	-	(562)	-	-	(185)	(747)
Transf. e abates	-	-	2.145	(1.325)	-	820
Saldo em 31.12.2020	1.571	625.756	106.370	-	2.488	736.185
VALOR LÍQUIDO	26.169	5.226.590	47.207	47.121	169.412	5.516.499

7. ATIVOS TANGÍVEIS

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

A. Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

B. Método de depreciação usado:

O Grupo amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

C. Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de amortização médias para cada rubrica:

ATIVOS TANGÍVEIS	VIDA ÚTIL	TAXA DE AMORTIZAÇÃO
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	4 - 50	2% - 25%
Equipamento básico	3 - 30	3,33% - 33,33%
Equipamento de transporte	4 - 12	8,33% - 25%
Equipamento administrativo	3 - 25	4% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	4 - 20	5% - 25%

D/E. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:

	2021							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2020	2.918.326	28.659.726	117.408.461	27.461.803	2.273.752	1.738.467	20.422.688	200.883.223
Adições	799.399	703.959	4.610.572	2.278.987	143.930	62.194	1.278.300	9.877.341
Alienações	-	-	(1.417.506)	(315.855)	-	-	-	(1.733.361)
Outras variações	-	438.856	465.193	88.867	31.729	14.152	-	1.038.797
Transf. e abates	-	3.490.947	(454.675)	(181.773)	(26.452)	(3.373)	(3.490.947)	(666.273)
Saldo em 31.12.2021	3.717.725	33.293.488	120.612.045	29.332.029	2.422.959	1.811.440	18.210.041	209.399.727
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2020	-	18.852.090	73.379.568	19.366.674	1.860.705	1.185.132	-	114.644.169
Adições	-	891.904	4.640.267	1.109.528	81.765	124.074	-	6.847.538
Alienações	-	-	(1.118.199)	(253.073)	-	-	-	(1.371.272)
Outras variações	-	277.138	424.732	88.494	31.315	13.416	-	835.095
Transf. e abates	-	-	(448.626)	(173.407)	(26.452)	(3.355)	-	(651.840)
Saldo em 31.12.2021	-	20.021.132	76.877.742	20.138.216	1.947.333	1.319.267	-	120.303.690
VALOR LÍQUIDO	3.717.725	13.272.356	43.734.303	9.193.813	475.626	492.173	18.210.041	89.096.037

	2020							
	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	INVEST. EM CURSO	TOTAL
ATIVO BRUTO:								
Saldo em 31.12.2019	2.918.326	28.366.925	95.896.587	24.512.013	2.207.087	1.593.183	18.763.880	174.258.001
Adições	-	1.027.428	25.799.059	3.699.806	132.847	175.743	1.659.123	32.494.006
Alienações	-	(34.336)	(3.649.631)	(168.244)	(6.397)	-	-	(3.858.608)
Outras variações	-	(700.291)	(545.053)	(570.917)	(46.659)	(18.148)	-	(1.881.068)
Transf. e abates	-	-	(92.501)	(10.855)	(13.126)	(12.311)	(315)	(129.108)
Saldo em 31.12.2020	2.918.326	28.659.726	117.408.461	27.461.803	2.273.752	1.738.467	20.422.688	200.883.223
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS:								
Saldo em 31.12.2019	-	18.603.539	74.135.300	18.839.524	1.855.111	1.070.398	-	114.503.872
Adições	-	659.350	3.050.539	811.245	56.405	136.922	-	4.714.461
Alienações	-	(4.464)	(3.064.104)	(127.603)	(3.247)	-	-	(3.199.418)
Outras variações	-	(406.334)	(621.263)	(154.961)	(41.777)	(16.536)	-	(1.240.871)
Transf. e abates	-	-	(120.904)	(1.530)	(5.787)	(5.654)	-	(133.875)
Saldo em 31.12.2020	-	18.852.091	73.379.568	19.366.675	1.860.705	1.185.130	-	114.644.169
VALOR LÍQUIDO	2.918.326	9.807.635	44.028.893	8.095.128	413.047	553.337	20.422.688	86.239.054

7.2. Quantia de dispêndios reconhecida na quantia escriturada de ativos fixos durante a sua construção

ATIVOS TANGÍVEIS	DISPÊNDIOS RECONHECIDOS DURANTE A CONSTRUÇÃO	
	31.12.2021	31.12.2020
Edifícios e outras construções	1.278.300	1.655.293
Equipamento básico	-	3.830
Equipamento de transporte	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-
TOTAL	1.278.300	1.659.123

7.3. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIÇÃO RECONHECIDA NOS RESULTADOS	
	31.12.2021	31.12.2020
Edifícios e outras construções	891.904	659.350
Equipamento básico	4.640.267	3.050.539
Equipamento de transporte	1.109.528	811.245
Equipamento administrativo	81.765	56.405
Outros ativos fixos tangíveis	124.074	136.922
TOTAL	6.847.538	4.714.461

7.4. Depreciação acumulada no final do período

ATIVOS TANGÍVEIS	DEPRECIÇÃO ACUMULADA	
	31.12.2021	31.12.2020
Edifícios e outras construções	20.021.132	18.852.091
Equipamento básico	76.877.742	73.379.568
Equipamento de transporte	20.138.216	19.366.675
Equipamento administrativo	1.947.333	1.860.705
Outros ativos fixos tangíveis	1.319.267	1.185.130
TOTAL	120.303.690	114.644.169

7.5. Itens do ativo fixo em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica “Investimentos em curso”, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, referem-se aos seguintes projetos:

ATIVOS TANGÍVEIS	31.12.2021	31.12.2020
Edifícios e outras construções	18.206.211	20.418.858
Equipamento básico	-	-
Equipamento de transporte	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	3.830	3.830
TOTAL	18.210.041	20.422.688

7.6. Ativos fixos tangíveis por localização geográfica

31.12.2021	ATIVO BRUTO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	82.534.516	37.765.781	44.768.735
Angola	90.961.628	59.059.398	31.902.230
Moçambique	16.943.018	10.847.635	6.095.383
Marrocos	594.543	594.543	-
Cabo Verde	51.348	49.706	1.642
Zâmbia	11.205.183	8.285.547	2.919.636
Malawi	4.730.026	2.283.521	2.446.505
Gabão	2.337.484	1.399.407	938.077
Zimbabué	41.981	18.152	23.829
TOTAL	209.399.727	120.303.690	89.096.037

31.12.2020	ATIVO BRUTO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	QUANTIA LÍQUIDA
Portugal	77.817.075	34.465.163	43.351.912
Angola	90.076.603	58.221.702	31.854.901
Moçambique	15.998.458	9.997.036	6.001.422
Marrocos	602.361	602.361	-
Botswana	60.163	60.163	-
Cabo Verde	51.348	49.706	1.642
Zâmbia	11.150.762	8.250.115	2.900.647
Malawi	3.394.268	1.650.650	1.743.618
Gabão	1.512.342	1.309.858	202.484
Zimbabué	219.843	37.415	182.428
TOTAL	200.883.223	114.644.169	86.239.054

8. LOCAÇÕES

8.1. Locações financeiras - Locatários

A. Quantia escriturada líquida para cada categoria de ativo à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31.12.2021	31.12.2020
Edifícios e outras construções	141.750	151.875
Equipamento básico	17.816.643	17.282.983
Equipamento de transporte	5.845.491	5.104.652
TOTAL	23.803.884	22.539.510

B. Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de 31 de dezembro de 2021 e 2020 e o seu valor presente:

	31.12.2021	31.12.2020
Pagamentos mínimos até 1 ano	6.118.402	5.417.612
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5 anos	15.370.003	17.665.330
Pagamentos mínimos mais do que 5 anos	-	-
Total de pagamentos mínimos	21.488.405	23.082.942
Pagamento de juros futuros	445.065	467.802
VALOR PRESENTE DAS RESPONSABILIDADES	21.043.340	22.615.140

C. Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço e o seu valor presente:

	PAGAMENTOS MÍNIMOS		VALOR PRESENTE	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Não mais de 1 ano	6.118.402	5.417.612	5.898.900	5.213.834
Mais de 1 ano e não mais de 5 anos	15.370.003	17.665.330	15.144.440	17.401.306
Mais do que 5 anos	-	-	-	-
TOTAL	21.488.405	23.082.942	21.043.340	22.615.140

9. INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

9.1. Empresas subsidiárias

A. Listagem e descrição das empresas subsidiárias:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Conduril - Gestão de Concessões de Infraestruturas, S.A.	100,00%	Consolidação Integral
Edirio - Construções, S.A.	100,00%	Consolidação Integral
Métis Engenharia, Lda.	99,00%	Consolidação Integral
ENOP - Engenharia e Obras Públicas, Lda.	100,00%	Consolidação Integral
Urano, Lda.	99,00%	Consolidação Integral
Conduril Engenharia - Açores, S.A.	100,00%	Consolidação Integral
Esquério - Estudos e Projetos de Engenharia, S.A.	100,00%	Consolidação Integral
Conduril Construction Zimbabwe (PVT) LTD	100,00%	Consolidação Integral
Conduril Engenharia Gabon, S.A.	100,00%	Consolidação Integral

9.2. Empreendimentos conjuntos

A. Listagem e descrição de interesses em empreendimentos conjuntos significativos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	TIPO DE EMPREENDIMENTO	OUTROS PARTICIPANTES
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Jaime Ribeiro e Filhos
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	Entidade conjuntamente controlada	Jaime Ribeiro e Filhos
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Tecnovia
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	Entidade conjuntamente controlada	Elevation e Tecnovia

B. Proporção do interesse de propriedade detido e dados sobre as entidades:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PROPORÇÃO DO INTERESSE DETIDO	MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO
Groupement Adriano, Jaime Ribeiro, Conduril - Construção, ACE	33,33%	Método proporcional
Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE	33,33%	Custo
Groupement Túnel de Nador, Construção ACE	50%	Método proporcional
RAL - Rodovias do Algarve Litoral, ACE	16,67%	Método proporcional
RBA - Rodovias do Baixo Alentejo, ACE	17,86%	Método proporcional

À data de preparação das demonstrações financeiras não se encontravam disponíveis as demonstrações financeiras do agrupamento Groupement CJA / Lot 3 - Construção ACE. Esta entidade não tem atividade relevante, pelo que o Conselho de Administração considera que não existem impactos relevantes relacionados com esta participação.

C. Método usado no reconhecimento dos interesses em empreendimentos conjuntos:

Os interesses em empresas conjuntamente controladas foram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é partilhado até à data em que este efetivamente termine. De acordo com este método, os ativos, passivos, gastos e rendimentos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível.

9.3. Associadas**A. Listagem e descrição das associadas:**

DENOMINAÇÃO SOCIAL	PARTICIPAÇÃO	MÉTODO UTILIZADO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	23,64%	Equivalência patrimonial
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	33,33%	Equivalência patrimonial

B. Quantia escriturada e dados sobre as entidades:

31.12.2021 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	175.122.964	(10.799.807)	(17.224.738)
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	494.241	5.292.084	1.482.870	1.343.528
TOTAL	494.241			

31.12.2020 DENOMINAÇÃO SOCIAL	QUANTIA ESCRITURADA	TOTAL ATIVO	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL RESULTADO PERÍODO
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	172.507.587	(13.076.916)	(14.144.068)
Marestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.	-	2.324.331	(31.233)	(662.054)
TOTAL	-			

Relacionado com as participações em associadas encontram-se registados, em dezembro de 2021, na rubrica “Outros investimentos financeiros”, os seguintes montantes relativos a financiamentos concedidos:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	
	31.12.2021	31.12.2020
Rotas do Algarve Litoral, S.A. (Nota 19.4)	13.471.551	13.491.551
TOTAL	13.471.551	13.491.551

10. INVENTÁRIOS

10.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os gastos de compra, gastos de conversão e outros gastos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os gastos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, gastos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os gastos de conversão incluem os gastos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão de obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridos em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

O Grupo valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

10.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

INVENTÁRIOS	31.12.2021	31.12.2020
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	17.309.011	14.135.070
Mercadorias	-	-
Produtos acabados e intermédios	411.403	385.710
Produtos e trabalhos em curso	-	-
	17.720.414	14.520.780
Perdas por imparidade	(932.205)	(873.109)
TOTAL	16.788.209	13.647.671

10.3. Quantia de inventários reconhecida como gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como gasto durante o período foi como se segue:

	MERCADORIAS		MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Inventário inicial	-	9.646	13.261.962	12.119.914
Perdas por imparidade em existências	-	-	(59.096)	-
Compras	-	-	53.931.453	36.546.338
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	102.790	(285.420)
Inventário final	-	(9.646)	(16.376.806)	(13.261.962)
GASTO DO PERÍODO	-	-	50.860.303	35.118.870

	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS		PRODUTOS E TRABALHOS EM CURSO	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Inventário inicial	385.710	592.998	-	-
Reclassificação e regularização de inventários	13.589	(69.426)	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Inventário final	(411.403)	(385.710)	-	-
VARIAÇÃO DE INVENTÁRIOS NA PRODUÇÃO	(12.104)	137.862	-	-

10.4. Quantia das perdas por imparidade em inventários reconhecida no resultado do período

O valor das perdas por imparidade reconhecidas no resultado do período foi o seguinte:

PERDAS POR IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2021	31.12.2020
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	59.096	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
TOTAL	59.096	-

REVERSÃO DE IMPARIDADE EM INVENTÁRIOS	31.12.2021	31.12.2020
Mercadorias	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-
Produtos acabados e intermédios	-	-
TOTAL	-	-
Impacto no Período	(59.096)	-

10.5. Movimento durante o período das perdas por imparidade em inventários

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2020	873.109
Reforço	59.096
Reversão	-
Utilização	-
Variações cambiais	-
PERDA POR IMPARIDADE ACUMULADA EM 31.12.2021	932.205

PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MATÉRIAS-PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Perdas por imparidade acumuladas em 31.12.2019	873.109
Reforço	-
Reversão	-
Utilização	-
Variações cambiais	-
PERDA POR IMPARIDADE ACUMULADA EM 31.12.2020	873.109

11. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

11.1. Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

O rédito de cada contrato de construção compreende a quantia inicial de rédito acordada bem como variações nos trabalhos, reclamações e pagamentos de incentivos até ao ponto que seja provável que resultem em réditos e estejam em condições de serem fiavelmente mensurados. A 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor dos réditos reconhecidos como rédito do período era o seguinte:

OBRA/CONTRATO	RÉDITO DE 2021	RÉDITO DE 2020
Contratos de construção	149.968.877	119.113.904
TOTAL	149.968.877	119.113.904

11.2. Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito do período é efetuado de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rédito é balanceado com os gastos contratuais incorridos ao atingir a fase de acabamento. O rédito do contrato é reconhecido como rédito na demonstração dos resultados nos períodos contabilísticos em que o trabalho seja executado. Nos casos em que o desfecho dos contratos não possa ser estimado fiavelmente, o rédito é reconhecido até ao ponto em que seja provável que os gastos do contrato incorridos serão recuperáveis.

11.3. Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

De forma a determinar a fase de acabamento de um contrato, é utilizado o método que mensure com maior fiabilidade o trabalho executado. Dependendo da natureza do contrato, o método utilizado para determinar a fase de acabamento pode variar, como se discrimina:

- A proporção em que os gastos dos contratos incorridos no trabalho executado até à data estejam para os gastos estimados totais do contrato (metodologia mais utilizada);
- Levantamento do trabalho executado;
- Conclusão de uma proporção física do trabalho executado.

11.4. Informação relativa aos contratos de construção em curso

31.12.2021	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADJANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	340.144.847	401.181.869	18.092.594	2.770.783
TOTAL	340.144.847	401.181.869	18.092.594	2.770.783

31.12.2020	GASTOS INCORRIDOS	RENDIMENTOS RECONHECIDOS	ADJANTAMENTOS RECEBIDOS	RETENÇÕES
Contratos em curso	360.195.035	449.535.843	28.680.385	2.010.095
TOTAL	360.195.035	449.535.843	28.680.385	2.010.095

12. RÉDITOS

12.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

O Grupo reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

A. VENDAS - são reconhecidas nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade e quando os gastos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

B. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

C. JUROS - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.

D. DIVIDENDOS - são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista receber o pagamento.

12.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

	31.12.2021	31.12.2020
Vendas de bens	649.638	820.188
Prestações de serviços	155.581.076	123.140.462
Juros	4.347.502	2.805.942
Dividendos	41.627	127.917
TOTAL	160.619.843	126.894.509

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

13.1. Provisões

O Grupo reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	OUTROS MOVIMENTOS	REVERSÃO	VARIAÇÃO CAMBIAL	SALDO FINAL
Garantias a clientes	3.478.933	377.890	-	(96.021)	-	3.760.802
Processos judiciais em curso	-	231.000	-	-	-	231.000
Outras provisões	433.299	10.207	-	(405.837)	-	37.669
	3.912.232	619.097	-	(501.858)	-	4.029.471
Investimentos financeiros (Nota 9)	10.410	-	-	(10.410)	-	-
TOTAL	3.922.642	619.097	-	(512.268)	-	4.029.471

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020, ocorreram os seguintes movimentos relativos a provisões:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	OUTROS MOVIMENTOS	REVERSÃO	VARIAÇÃO CAMBIAL	SALDO FINAL
Garantias a clientes	3.022.912	517.906	28.191	(90.076)	-	3.478.933
Outras provisões	32.588	406.074	33.413	(38.776)	-	433.299
	3.055.500	923.980	61.604	(128.852)	-	3.912.232
Investimentos financeiros (Nota 9)	-	10.410	-	-	-	10.410
TOTAL	3.055.500	934.390	61.604	(128.852)	-	3.922.642

13.2. Processos em contencioso

Na sequência dos diversos processos ativos em contencioso o Grupo está convicto de que o risco de perda destes processos não é provável e o desfecho dos mesmos não afetará de forma material a sua posição financeira, encontrando-se esta mesma convicção corroborada pelo gabinete jurídico interno da Conduril, assim como pelos seus consultores jurídicos.

No que respeita aos processos fiscais, existem processos decorrentes de impugnações judiciais interpostas pela Conduril relativas a liquidações adicionais em sede de IRC (2011, 2012 e 2014) sendo entendimento da Empresa, com base em pareceres dos seus assessores fiscais, que o desfecho se espera favorável, razão pela qual não foram registadas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras consolidadas. Entretanto, a Autoridade Tributária relativamente ao processo de IRC 2014, proferiu uma decisão favorável aos fundamentos da Empresa.

13.3. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, no montante de 115.658.143 euros (em 31 de dezembro de 2020 o montante ascendia a 119.245.505 euros).

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, como garantia de boa execução de obras e financeiras.

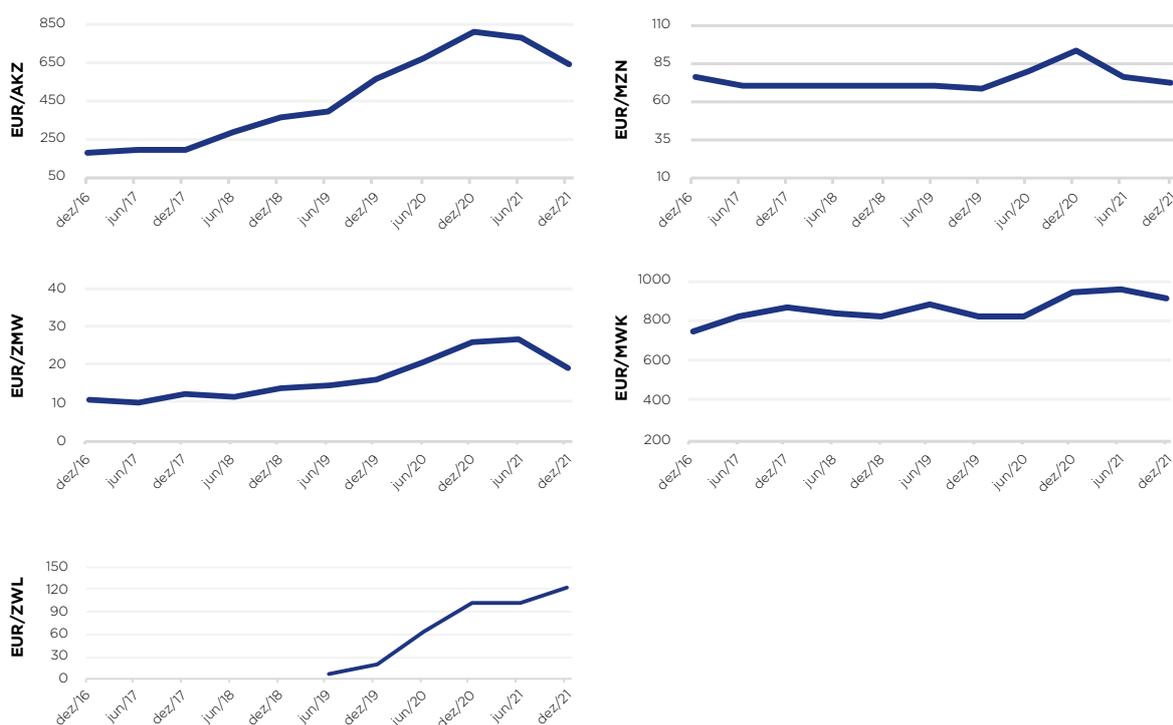
13.4. Gestão de riscos financeiros

A. PRINCÍPIOS GERAIS

Dos vários tipos de risco que uma empresa enfrenta, os riscos financeiros são os que têm impacto mais imediato nos fluxos de caixa e nos seus resultados. A atividade da Conduril encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros tais como risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro, risco de crédito e risco de liquidez. Estes riscos resultam da incerteza subjacente aos mercados financeiros, a qual se reflete na capacidade de projeção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão de risco da Conduril é um processo contínuo e em constante desenvolvimento aplicado à implementação da sua estratégia, procurando minimizar os efeitos adversos decorrentes destas incertezas características dos mercados financeiros.

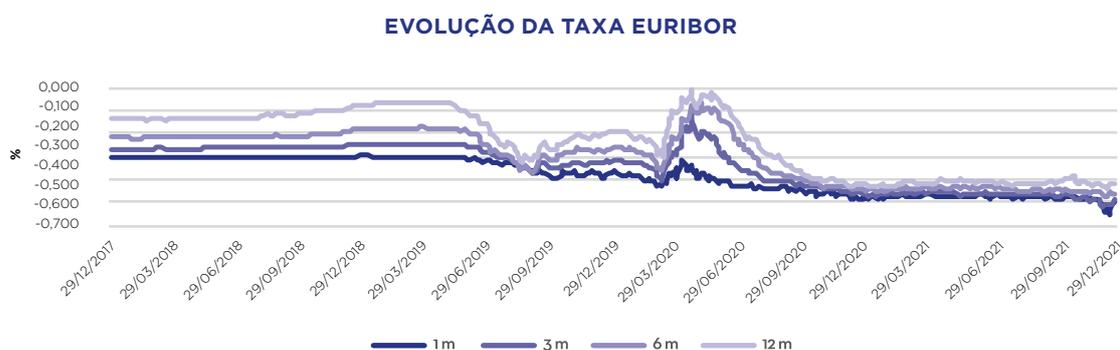
B. RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

Estando a atividade da Conduril maioritariamente localizada em Portugal e África (Angola, Moçambique, Zâmbia, Malawi, Gabão e Zimbabué), encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio das moedas destes países. Para fazer face a este risco, sempre que possível os contratos são efetuados em USD/EUR. A evolução das moedas Kwanza, Metical, Kwacha Zâmbia, Kwacha Malawi e Dólar Zimbabuano face ao euro tem impacto nas demonstrações financeiras consolidadas e são escassos ou inexistentes os instrumentos financeiros de cobertura para estas moedas.



C. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro é essencialmente resultante do endividamento indexado a taxas variáveis. Tendo em conta as perspetivas de evolução da taxa de juro, o Grupo tem apenas uma pequena parte do endividamento indexado a uma cobertura da taxa de juro, estando permanentemente atentos a este assunto de forma a poder tomar, atempadamente, as medidas necessárias para reduzir o impacto desta variável nos financiamentos da Conduril.



D. RISCO DE CRÉDITO

A exposição da Conduril ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da atividade operacional: dívidas de vendas e serviços prestados a clientes. A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado regularmente, sendo que o objetivo da gestão é:

- i.** avaliação do cliente de acordo com procedimentos internos que obrigam a análises criteriosas das entidades e montantes envolvidos. Para esta avaliação contamos também com o recurso a entidades de informação e perfis de risco de crédito disponíveis no mercado;
- ii.** limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo de recebimento de cada cliente;
- iii.** monitorização da evolução do nível de crédito concedido;
- iv.** realizar a análise de imparidade dos valores a receber numa base regular.

E. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. Instrumento essencial para a gestão do risco de liquidez é o plano de tesouraria global anual elaborado com base nos planos de tesouraria de cada um dos estabelecimentos, planos esses que são atualizados mensalmente. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão de risco na Conduril tem por objetivo:

- Liquidez - garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimentos;
- Segurança - minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira - garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária a curto prazo.

A Conduril tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de ativos e passivos, gerindo as respetivas maturidades de forma equilibrada.

Por política, gerindo a sua exposição ao risco liquidez, a Conduril assegura a contratação de instrumentos de facilidade de crédito de diversas naturezas e em montantes adequados às especificidades das suas necessidades, garantindo níveis confortáveis de folga de liquidez. É regra do Grupo contratualizar essas facilidades sem qualquer contra garantia.

14. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

14.1. Diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados

	31.12.2021	31.12.2020
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
- Outros gastos	16.515.102	10.328.365
	16.515.102	10.328.365
Diferenças de câmbio favoráveis		
- Outros rendimentos	20.307.178	20.092.471
	20.307.178	20.092.471

14.2. Diferenças de câmbio líquidas classificadas num componente separado do capital próprio

	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2020	(60.925.075)
Diferença de câmbio desfavorável	(27.925.978)
Diferença de câmbio favorável	43.392.259
SALDO A 31.12.2021	(45.458.794)
	DIFERENÇAS DE CÂMBIO NO CAPITAL PRÓPRIO
Saldo a 31.12.2019	(25.804.165)
Diferença de câmbio desfavorável	(35.120.910)
Diferença de câmbio favorável	-
SALDO A 31.12.2020	(60.925.075)

15. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

15.1. Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a emissão das demonstrações financeiras consolidadas não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data do balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

15.2. Autorização para emissão

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 04 de março de 2022. O Conselho de Administração é da opinião que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações das empresas que integram o Grupo, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

16. MATÉRIAS AMBIENTAIS

16.1. Descrição das bases de mensuração adotadas, bem como dos métodos utilizados no cálculo de ajustamentos de valor

Decorrente da sua atividade, é responsabilidade legal/contratual do Grupo evitar, reduzir ou reparar danos ambientais. Para cumprir com esta obrigação, ao longo do período findo a 31 de dezembro de 2021, o Grupo incorreu em gastos que ascenderam a 250.244 euros (no período homólogo ascenderam a 188.139 euros).

Para mensurar os dispêndios de caráter ambiental, o Grupo reconhece os gastos que efetivamente ocorreram no período.

16.2. Dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados

Todos os dispêndios de caráter ambiental devem ser considerados em resultados se foram gastos incorridos no próprio período, ou seja, se não visarem evitar danos futuros ou proporcionar benefícios futuros.

Assim, os dispêndios de caráter ambiental imputados a resultados dizem respeito a atividades passadas ou correntes e ao restauro das condições ambientais no estado em que se encontravam antes da contaminação.

	QUANTIA IMPUTADA A RESULTADOS
Tratamento de resíduos	250.244
TOTAL	250.244

17. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

17.1. Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto corrente e ajustamentos:		
Imposto corrente do período	1.695.635	3.129.959
	1.695.635	3.129.959
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos relacionados com diferenças temporárias	(1.484.107)	(980.807)
	(1.484.107)	(980.807)
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	211.528	2.149.152

O imposto corrente ou imposto diferido deve ser debitado ou creditado diretamente ao capital próprio se o imposto se relacionar com itens que sejam debitados ou creditados, no mesmo ou num diferente período, diretamente ao capital próprio.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram efetuados débitos/créditos diretamente no capital próprio relacionados com impostos diferidos.

17.2. Relacionamento entre gastos/rendimentos de impostos e lucro contabilístico

RECONCILIAÇÃO DA TAXA EFETIVA DE IMPOSTO	31.12.2021	31.12.2020
Resultado antes de impostos	5.995.796	3.290.198
Gasto com impostos sobre o rendimento	211.528	2.149.152
Taxa efetiva de imposto	3,53%	65,32%
Taxa nominal de imposto (21% em Portugal e 25% em Angola)	1.452.542	1.157.823
AJUSTAMENTOS:		
Resultados decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	(63.073)	(30.327)
Taxas diferenciadas de imposto	791.891	980.910
Gastos não aceites como custo fiscal	819.697	408.188
Provisões não aceites como gasto	23.848	96.118
Reversão de provisões não tributadas	(142.688)	5.990
Restituição de impostos	(14.978)	(60.829)
Outros rendimentos não tributados	(1.317.499)	(2.923.952)
Prejuízos fiscais deduzidos no período	(1.539.276)	(232.693)
Prejuízos fiscais gerados no período	519.182	5.151.697
Diferenças de câmbio não tributadas	(629.930)	(1.458.112)
Tributações autónomas	261.985	449.127
Impostos diferidos	(1.484.107)	(1.365.256)
Outros	1.533.934	(29.532)
	(1.241.014)	991.329
GASTO COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	211.528	2.149.152

Com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, nos termos artigo 54º-A do Código do IRC, a Empresa optou pela não inclusão do lucro tributável imputável à sucursal de Angola.

17.3. Detalhe dos impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2021, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIÁÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias de obras	65.867	-	-	-	65.867
Gastos não aceites	5.695.980	437.993	6.990.030	(6.133.974)	6.990.029
Prejuízos fiscais	-	-	834.001	-	834.001
TOTAL	5.761.847	437.993	7.824.031	(6.133.974)	7.889.897

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIÁÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	742.325	-	-	(11.961)	730.364
Rendimento a tributar	4.803.705	92.651	3.783.059	(3.666.393)	5.013.022
Depreciações não aceites	285.723	107.124	-	(392.847)	-
TOTAL	5.831.753	199.775	3.783.059	(4.071.201)	5.743.386

A 31 de dezembro de 2020, os ativos e passivos por impostos diferidos discriminam-se como se segue:

ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIÁÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Garantias de obras	65.867	-	-	-	65.867
Prejuízos fiscais	-	-	-	-	-
Gastos não aceites	88.998	-	5.629.888	(22.906)	5.695.980
Outros	71.415	(71.415)	-	-	-
TOTAL	226.280	(71.415)	5.629.888	(22.906)	5.761.847

PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	SALDO INICIAL	OUTRAS VARIÁÇÕES	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
Excedentes de revalorização	896.982	-	-	(154.657)	742.325
Rendimento a tributar	88.998	-	4.714.707	-	4.803.705
Depreciações não aceites	361.267	(141.669)	74.085	(7.960)	285.723
TOTAL	1.347.247	(141.669)	4.788.792	(162.617)	5.831.753

18. ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

18.1. Ativos não correntes detidos para venda

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos não correntes detidos para venda discriminam-se como se segue:

DENOMINAÇÃO SOCIAL	31.12.2021	31.12.2020
Ativos da SPER - Sociedade Portuguesa para a Construção e Exploração Rodoviária, S.A.		
Participação	-	-
Empréstimo	-	20.332.373
Ativos da Planestrada - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.		
Participação	-	547.581
TOTAL	-	20.879.954

Em julho de 2021, a Conduril celebrou a transação de venda das participações da SPER e da Planestrada, gerando uma mais-valia de 2.322.380 euros (Notas 21.5 e 21.6).

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1. Bases de mensuração

É política do Grupo reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade são mensurados ao justo valor.

O Grupo não inclui os gastos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto o Grupo for detentor de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

19.2. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros com reconhecimento de imparidade:

	31.12.2021		31.12.2020	
	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA	QUANTIA ESCRITURADA	IMPARIDADE ACUMULADA
Clientes, c/c	106.626.942	(1.433.772)	85.113.548	-
Clientes, c/garantias	6.240.046	-	6.173.167	-
Clientes de cobrança duvidosa	2.887.602	(2.887.602)	2.672.509	(2.672.509)
TOTAL	115.754.590	(4.321.374)	93.959.224	(2.672.509)

19.3. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Financiamentos obtidos” tinha a seguinte decomposição:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31.12.2021	31.12.2020
Contas caucionadas	8.157.380	7.218.929
Empréstimos bancários	21.246.895	23.106.226
Papel comercial	20.000.000	23.300.000
Locações financeiras	21.043.340	22.615.141
<i>Factoring</i>	1.369.859	-
Descobertos bancários contratados	2.012.557	3.632.481
TOTAL	73.830.031	79.872.777

Adicionalmente, a maturidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020, detalha-se como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2021	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Contas caucionadas	8.157.380	-
Empréstimos bancários	10.724.074	10.522.821
Papel comercial	-	20.000.000
Locações financeiras	5.898.901	15.144.440
<i>Factoring</i>	1.369.859	-
Descobertos bancários contratados	2.012.556	-
TOTAL	28.162.770	45.667.261

FINANCIAMENTOS OBTIDOS 2020	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Contas caucionadas	7.218.929	-
Empréstimos bancários	1.178.872	21.927.354
Papel comercial	2.800.000	20.500.000
Locações financeiras	7.147.372	15.467.769
<i>Factoring</i>	-	-
Descobertos bancários contratados	3.632.481	-
TOTAL	21.977.654	57.895.123

19.4. Outros investimentos financeiros e ativos financeiros detidos para negociação

Os investimentos financeiros em associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial (Nota 9). Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso de financiamentos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como gasto as perdas por imparidade que se demonstrarem existir. Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

A 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe das participações financeiras registadas pelo modelo do custo e de outros investimentos financeiros detalha-se como se segue:

	31.12.2021			31.12.2020		
	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	
		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA		CUSTO	IMPARIDADE ACUMULADA
Rotas do Algarve Litoral, S.A.	-	13.511.551	(40.000)	-	13.511.551	(20.000)
Garval	1.682	-	-	1.682	-	-
Lisgarante	1.682	-	-	1.682	-	-
Norgarante	18.877	-	-	18.877	-	-
BAI - Banco Africano Investimento	341.375	-	-	341.375	-	-
Lusitânia Seguros	2.405	-	-	2.405	-	-
Títulos dívida pública - não corrente	19.880.583	-	-	59.311.609	-	-
Títulos dívida pública - corrente	45.410.058	-	-	1.805.766	-	-
Outros - FCT	107.879	-	-	69.323	-	-
Outros	1.590	-	-	2.464	-	-
TOTAL	65.766.131	13.511.551	(40.000)	61.555.183	13.511.551	(20.000)
Outros Investimentos Financeiros não correntes	33.827.624			73.240.968		
Outros Investimentos Financeiros correntes	45.410.058			1.805.766		

Os títulos de dívida pública angolana incluem títulos indexados em USD e AKZ e apresentam datas de maturidade em 2022, 2023 e 2024. O pagamento dos juros e o reembolso de capital dos títulos indexadas ao USD são realizados em kwanzas, mas indexado à taxa de câmbio do USD em vigor na data de liquidação.

Os títulos da dívida pública do Estado Angolano foram recebidos como resultado dos acordos de regularização de dívidas.

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de 27.281.725 euros dos títulos detidos encontrava-se a colateralizar linhas de financiamentos e de garantias bancárias em Angola, das quais apenas se encontram utilizadas cerca de 30%.

19.5. Total de gastos e rendimentos de juros para ativos e passivos financeiros

Para calcular o custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período, foi utilizado o método do juro efetivo. De acordo com este método, o total de rendimentos de juros, para os ativos financeiros, e o total de gastos de juros, para os passivos financeiros, discriminam-se como se segue:

A. Rendimentos de juros para ativos financeiros:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos bancários e títulos	4.346.564	2.805.829
Outros	938	113
TOTAL	4.347.502	2.805.942

B. Gastos de juros para passivos financeiros:

PASSIVOS FINANCEIROS	31.12.2021	31.12.2020
Financiamentos	2.207.365	2.553.028
Locações financeiras	237.327	95.451
Outros	17.271	51.938
TOTAL	2.461.963	2.700.417

19.6. Perda por imparidade em ativos financeiros

Para os ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor através de resultados e relativamente aos quais se verificaram indícios de imparidade, o Grupo avaliou as imparidades respetivas. Desta avaliação, o Grupo conseguiu adquirir evidência objetiva de que os ativos financeiros, apresentados no quadro seguinte, apresentam perdas por imparidade no período:

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2021		
	REFORÇO	REVERSÕES	OUTRAS VARIÇÕES
Clientes	1.433.772	-	36.815
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	1.433.772	-	36.815

ATIVOS FINANCEIROS	31.12.2020		
	REFORÇO	REVERSÕES	OUTRAS VARIÇÕES
Clientes	-	-	-
Outros créditos a receber	-	-	-
Outros ativos financeiros	-	-	-
TOTAL	-	-	-

19.7. Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2021, a Empresa detinha um capital social de 10.000.000 euros, totalmente subscrito e realizado.

19.8. Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2021, o capital social era composto por 2.000.000 ações, ao valor nominal de 5 euros por ação.

20. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

20.1. Benefícios pós-emprego

A 31 de dezembro de 2021, existiam 122 funcionários a usufruir de benefícios pós-emprego relativamente a planos de benefício definido. Em 31 de dezembro de 2021, as operações referentes ao período resumem-se como se segue:

GASTOS COM PENSÕES	31.12.2021	31.12.2020
Custo dos serviços correntes	442.116	397.587
Custo juros	310.142	289.115
Rendimentos e perdas atuariais	-	-
Rendimento líquido do fundo, deduzido do juro líquido	(242.375)	-
Outras variações	100.830	-
TOTAL	610.713	686.702

Em 31 de dezembro de 2021, estamos perante um défice do montante de responsabilidades passadas relativamente ao montante do fundo existente no valor de 5.645.089 euros. O aumento das responsabilidades está associado ao impacto da alteração de alguns dos pressupostos, nomeadamente, taxa de juro e taxa de crescimento salarial. Este montante encontra-se registado na rubrica “Credores por acréscimo de gastos”. As responsabilidades com ativos no cenário de solvência encontram-se totalmente financiadas.

No que respeita aos montantes acumulados dos ganhos e perdas atuariais, os mesmos encontram-se registados na rubrica de capital próprio, “Ajustamentos/Outras variações de capital próprio”, no montante de 5.608.562 euros (2020: 3.113.050 euros).

Pressupostos utilizados no estudo atuarial de 2021 e 2020:

	PRESSUPOSTOS 2021	PRESSUPOSTOS 2020
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	Swiss Re 2001	Swiss Re 2001
Idade normal de reforma	66-70 anos	66-70 anos
Número de pensões no ano	13	13
Taxa de rendimento anual dos ativos	1,24%	curva swap a 31/12/2020 acrescida de 2,25% p.p.
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,00%	0,00%
Participantes	366	337
Beneficiários	122	123

20.2. Benefícios caráter social

A 31 de dezembro de 2021, os gastos relacionados com atividade da Conduril Academy (centro credenciado pelos organismos que tutelam a formação profissional nos países onde atua) que são financiados na sua totalidade pela Conduril resumem-se como se segue:

GASTOS COM PROGRAMAS DEFINIDOS CONDURIL ACADEMY	31.12.2021
PAAE (Programa Alfabetização e Aceleração Escolar) e Bolsas Estudo	140.762
Formação Técnico Profissional, Humana e Cultural	26.393
Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais	8.798
TOTAL	175.953

GASTOS COM PROGRAMAS DEFINIDOS CONDURIL ACADEMY	31.12.2020
PAAE (Programa Alfabetização e Aceleração Escolar)	53.232
Bolsas de Estudo para Ensino Superior Conduril	182.507
Formação Técnico Profissional	45.626
Formação Humana e Cultural	15.209
Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Profissionais	7.604
TOTAL	304.178

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

21.1. Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é o seguinte:

ATIVO	31.12.2021	31.12.2020
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	282
Imposto sobre o Valor Acrescentado	14.419.871	11.007.379
Contribuições para a Segurança Social	-	1.524
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	5.050.287	3.592.290
Outras tributações	1.819.708	3.036.930
TOTAL	21.289.866	17.638.405

PASSIVO	31.12.2021	31.12.2020
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	684.764	620.353
Imposto sobre o Valor Acrescentado	12.731.158	8.303.319
Contribuições para a Segurança Social	924.707	788.752
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	1.453.879	5.840.797
Outras tributações	600.248	568.385
TOTAL	16.394.756	16.121.606

21.2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços em 31 de dezembro de 2021 e 2020 distribuíram-se da seguinte forma:

	31.12.2021	31.12.2020
Mercado interno	99.488.602	62.075.018
Mercado externo	56.742.112	61.885.631
TOTAL	156.230.714	123.960.649

21.3. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Subcontratos	28.225.059	38.797.165
Serviços especializados	8.841.148	5.878.370
Materiais	1.154.863	699.487
Energia e fluidos	1.530.340	1.706.972
Deslocações, estadas e transportes	5.248.848	4.006.867
Rendas e alugueres	4.534.606	4.266.240
Comunicação	253.318	280.935
Seguros	1.152.798	1.065.124
Royalties	2.612	-
Contencioso e notariado	53.074	41.910
Despesas de representação	1.741	7.626
Limpeza, higiene e conforto	351.234	289.592
Outros serviços	2.323.670	1.371.940
TOTAL	53.673.311	58.412.228

21.4. Gastos com pessoal

A rubrica “Gastos com pessoal” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Remunerações dos órgãos sociais	1.227.052	1.224.459
Remunerações do pessoal	34.460.314	28.267.945
Benefícios pós-emprego (Nota 20.1)	610.713	686.702
Indemnizações	70.313	18.202
Encargos sobre remunerações	5.238.159	3.890.688
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	1.164.279	1.093.711
Gastos de ação social	1.888.236	1.684.298
Outros	492.342	569.350
TOTAL	45.151.408	37.435.355

21.5. Outros rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Rendimentos suplementares	1.818.022	5.314.116
Descontos de pronto pagamento obtidos	20.932	57.933
Diferenças de câmbio favoráveis	20.307.178	20.092.471
Ganhos em inventários	36.521	8.758
Rendimentos nos restantes investimentos financeiros	2.444.584	28.580
Rendimentos em investimentos não financeiros	361.228	859.674
Juros obtidos	4.347.502	2.805.942
Dividendos obtidos	41.627	127.917
Correções relativas a períodos anteriores	143.931	343.688
Benefícios contratuais	445.323	1.874
Outros	1.180.136	1.127.355
TOTAL	31.146.984	30.768.308

21.6. Outros gastos

A rubrica “Outros gastos” tem, no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Impostos	1.507.553	1.817.651
Descontos de pronto pagamento concedidos	2.179	148
Dívidas incobráveis	867	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	16.515.102	10.328.365
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	122.204	91.843
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	120.272	-
Multas e penalidades	219.418	212.134
Correções relativas a períodos anteriores	2.891.366	412.314
Outros	97.921	51.784
TOTAL	21.476.882	12.914.239

21.7. Demonstração dos resultados financeiros

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	31.12.2021	31.12.2020
Juros suportados	2.444.692	2.648.479
Outros gastos e perdas de financiamento	927.032	668.612
TOTAL	3.371.724	3.317.091

21.8. Diferimentos

Os diferimentos ativos e passivos têm a seguinte composição:

DIFERIMENTOS ATIVOS	31.12.2021	31.12.2020
Gastos a reconhecer - seguros	628.779	679.397
Outros diferimentos	855.731	527.833
TOTAL	1.484.510	1.207.230

DIFERIMENTOS PASSIVOS	31.12.2021	31.12.2020
Rendimentos a reconhecer - NCRF 19	1.354.677	1.473.019
Faturação a reconhecer	151.986	145.095
TOTAL	1.506.663	1.618.114

21.9. Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

A rubrica “Outros créditos a receber” em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tem a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores saldos devedores	488.713	1.036.692
Adiantamento a fornecedores	1.105.580	2.970.425
Devedores por acréscimos de rendimentos	19.099.483	33.210.491
Adiantamentos por conta de vendas	333.706	225.262
Pessoal	51.628	35.905
Devedores diversos	14.083.611	15.288.851
TOTAL	35.162.721	52.767.626

O montante relativo a devedores por acréscimo de rendimentos está relacionado, essencialmente, com a aplicação do método da percentagem de acabamento, de acordo com a NCRF 19 – “Contratos de construção”.

A rubrica “Outras dívidas a pagar” em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tem a seguinte composição:

	31.12.2021	31.12.2020
Cientes saldos credores	64.107	38.106
Pessoal	1.779.605	1.535.638
Fornecedores de investimentos	563.674	1.394.002
Credores por acréscimos de gastos - remunerações	2.407.165	1.967.223
Credores por acréscimos de gastos - outros	6.406.165	3.682.718
Credores diversos	3.810.926	2.992.675
TOTAL	15.031.642	11.610.362

21.10. Proposta de aplicação dos resultados

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, no prosseguimento da política de justa remuneração do capital investido e do reforço da sua solvabilidade, o Conselho de Administração propõe no relatório de gestão individual que o resultado líquido do período no valor de 5.782.682 euros tenha a seguinte distribuição:

- Dividendos: 1.800.000 euros, que correspondem a 1,00 euro por ação;
- Outras Reservas: 3.982.682 euros.

22. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei n.º 534/80, de 07 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

Divulgações adicionais para as entidades a que se referem a alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º e o n.º 4 do artigo 9.º, ambos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho:

22.1. Volume de negócios líquido discriminado por mercados geográficos

	31.12.2021	31.12.2020
Portugal	102.347.785	63.022.364
Angola	23.188.016	22.366.506
Moçambique	10.015.240	10.159.226
Zimbabué	585.684	7.904.174
Zâmbia	3.351.332	7.941.134
Malawi	11.964.151	10.464.089
Gabão	4.778.506	2.103.156
TOTAL	156.230.714	123.960.649

22.2. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, em 2021, ascenderam a 32.650 euros (2020: 30.250 euros).

A Administração,

O Contabilista Certificado,





04

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

04

CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2021

Exmos. Senhores Acionistas:

No cumprimento do disposto na lei, vem o Conselho Fiscal apresentar o seu relatório e dar parecer sobre o relatório consolidado de gestão, balanço e contas consolidadas e proposta de aplicação de resultados, que lhe foram apresentados pelo Conselho de Administração da Conduril - Engenharia, S.A., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

RELATÓRIO

O Conselho reuniu regularmente e, no desempenho das suas funções, acompanhou a atividade social e a evolução dos negócios da Conduril - Engenharia, S.A., vigiou e zelou pela observação da lei e dos estatutos, e inteirou-se dos atos praticados pelo Conselho de Administração, o qual sempre prestou os esclarecimentos que lhe foram solicitados.

Também no desempenho das suas funções, o Conselho procedeu a uma atenta análise do relatório de gestão consolidado apresentado pelo Conselho de Administração, do balanço consolidado, da demonstração de resultados consolidada, dos fluxos de caixa consolidados e das alterações no capital próprio consolidado, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e do respetivo anexo e suas notas explicativas, documentos esses que considera estarem em boa ordem e que espelham bem a atividade desenvolvida e a situação patrimonial.

No âmbito da sua competência, o Conselho foi informado dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano pela sociedade de revisores oficiais de contas, obteve desta as informações e os esclarecimentos, prestados pela sua representante, necessários à fiscalização da revisão de contas aos documentos de prestação de contas, tomou conhecimento do respetivo relatório com conclusões e recomendações de auditoria enviado ao Conselho de Administração, e procedeu à análise da certificação legal das contas consolidadas, cujo teor merece a sua concordância.

Ainda no âmbito da sua competência, o Conselho expressa a sua concordância relativamente às políticas contabilísticas e aos critérios valorimétricos utilizados.

Em resultado do exposto, o Conselho considera que o relatório de gestão, o balanço, demonstração de resultados, fluxos de caixa e alterações no capital próprio, consolidados, permitem, no seu conjunto, o correto entendimento da situação financeira da Conduril - Engenharia, S.A., em 31 de dezembro de 2021, e dos resultados do exercício findo nessa data, e, finalmente, considera também que as disposições legais e estatutárias foram respeitadas.

A concluir, o Conselho acompanha o Conselho de Administração no agradecimento aos Colaboradores pelo seu empenho e dedicação.

Assim, o Conselho Fiscal é de

PARECER

1. que sejam aprovados o relatório de gestão consolidado, o balanço consolidado, as contas consolidadas e os respetivos anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021,
2. que seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados constante do relatório de gestão consolidado, nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Ermesinde, 24 de março de 2022

O CONSELHO FISCAL

Júlio Gales Ferreira Pinto

Deolinda Paula Baptista Nunes

Jorge Manuel Silva Tavares





05

**Certificação Legal das
Contas Consolidadas**

05

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Conduril - Engenharia, S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 381.358.328 euros e um total de capital próprio de 195.328.088 euros, incluindo um resultado líquido de 5.782.682 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Conduril - Engenharia, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 24 de março de 2022

Horwath & Associados, SROC, Lda.
Representada por Ana Raquel Borges L. Esperança Sismeiro, ROC
Registo na OROC n.º 1126
Registo na CMVM n.º 20160738



CONDURIL - ENGENHARIA, S.A.

Avenida Eng.º Duarte Pacheco, n.º 1835
4445-416 Ermesinde - Portugal
T. +351 229 773 920
geral@conduril.pt

CONDURIL ANGOLA

Rua 2 IL (ao Largo do Ambiente)
Município de Ingombota - Luanda - Angola
T. +244 929 637 913/9
expgeralluanda@conduril.pt

CONDURIL MOÇAMBIQUE, ENOP

Estrada Nacional n.º 4, Tchumene 2,
Parcela 3380/12 - Matola - Moçambique
T. +258 203 004 71
delegacao@conduril.co.mz

CONDURIL ZÂMBIA

Plot 3817 Martin Mwamba Road
PO Box 473 P/Bag E891 Manda Hill
Lusaka - Zambia
T. +260 211 291 441
zambia@conduril.pt

CONDURIL MALAWI

Plot BC 922 House 5, Area Mandala
PO Box 907
Blantyre - Malawi
T. +265 994 956 884
malawi@conduril.pt

CONDURIL GABÃO

Nzeng-Ayong (Après le carrefour GP)
Libreville - Gabon
gabon@conduril.pt

CONDURIL AÇORES

Rua de São Gonçalo, n.º 2013 - 2.º Dt.º
9500-343 Ponta Delgada - Portugal

MÉTIS

Parque Industrial de Viana - B.º
Capalanga
Município de Viana - Luanda - ANGOLA
T. +244 939 212 517
expgeral@metis-engenharia.com

URANO

Polo Industrial de Viana, Zona do Km 25
Município de Viana - Comuna do
Zango - Luanda - ANGOLA
T. +244 939 133 245
geral@urano-metalomecanica.com

EDIRIO, CONSTRUÇÕES, S.A.

Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 22
4825-087 Água Longa - Santo Tirso
T. +351 229 688 411
geral@edirio.pt

CONDURIL ZIMBABUÉ

75, Tredgold Way, Lincoln Green
Belvedere, Harare - Zimbabwe

